

Governo não pagará subvenções

BRASÍLIA — As subvenções sociais — verbas a fundo perdido destinadas por parlamentares a entidades sem fins lucrativos — vão desaparecer do Orçamento de 1994, segundo anunciou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, depois de um encontro com o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL). Pelo acordo feito entre o ministro e o presidente da Câmara, o Governo não liberará recursos para subvenções sociais em 94.

As emendas de parlamentares também serão integralmente revistas. Apenas as bancadas dos partidos, segundo Inocêncio, poderão emendar a proposta orçamentária do Executivo.

Segundo Fernando Henrique, a retirada das subvenções do Orçamento de 94 foi sugestão de Inocêncio. As subvenções — perto de US\$ 50 milhões — representam menos de 1% do Orça-



mento da União, mas concentram a maioria dos casos de corrupção de desvios de recursos investigados pela CPI da máfia do Orçamento.

— As entidades sérias terão que buscar outros recursos, diretamente com o Governo — afirmou Fernando Henrique.

O ministro e o presidente da Câmara acertaram que o Congresso tentará aprovar, o mais rapidamente possível, a nova proposta de Orçamento para 94, que o Governo pretende entregar à Comissão Mista de Orçamento no máximo até a última semana de novembro. Fernando Henrique, segundo Inocêncio, irá à Câmara quando o Orçamento estiver pronto “para explicar o que fez e como fez”.

Para evitar o tráfico de influência, só serão aceitas emendas apoiadas pelas bancadas e destinadas a estados — e não mais a municípios. Cada parlamentar poderá apresentar o máximo de dez emendas, que terão que ser encampadas pelas bancadas.



Inocêncio e Fernando Henrique se encontram em Brasília: só as bancadas de partidos apresentarão emendas